

## PONTO &amp; CONTRAPONTO

## OS CÁLCULOS DA PREFEITURA DE SANTA MARIA SOBRE A TARIFA DE ÔNIBUS SÃO CONFIÁVEIS?

### Abrindo a caixa de Pandora

# NÃO

**Ricardo Rondinel**

Economista, Representante da UFSM no Conselho Municipal dos Transportes (rondinel@smail.ufsm.br)

Não são confiáveis. A decisão da Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) de respeitar a decisão do Conselho Municipal dos Transportes (CMT), que rejeitou tanto a pretensão da Associação dos Transportadores Urbanos (ATU) - de passagem a R\$ 2,00 (25% de aumento) como o cálculo da PMSM de passagem a R\$ 1,80 é um sinal de que os valores pretendidos não têm sustentação técnica. Explico porque não são confiáveis. Concentro a análise em três itens, que são os gastos com pessoal de operação, óleo diesel e pneus, que juntos representam aproximadamente 2/3 do valor da passagem.

#### Sobre o pessoal de operação (motoristas e cobradores)

De acordo com a metodologia deve ser calculado um Fator de Utilização (FU). Este corresponde à quantidade de trabalhadores necessária para operar cada ônibus. A metodologia indica que cada município deve calcular seu FU de acordo com as especificidades locais. Em Santa Maria, nos três cálculos anteriores, a PMSM sempre considerou um FU de 2,5 motoristas/cobradores por ônibus. No atual cálculo tarifário, a PMSM considerou um Fator de 2,45. Estimo que este coeficiente esteja entre 2,18 e 2,33. A ATU já concordou que o coeficiente seja 2,4. O engenheiro Renato Petry, conselheiro Suplente da ATU, apresentou este coeficiente em reunião do CMT. Ou seja, as mesmas empresas

sustentam que têm FU menor ao considerado pela PMSM. Eu estimo que seja menor ainda. Precisaria ter acesso à planilha de salários das empresas de ônibus para calcular o coeficiente correto. Mas a discussão já rendeu, pois o FU já baixou de 2,5 para 2,4.

#### Sobre o óleo diesel.

A Prefeitura considerou no último cálculo tarifário os seguintes coeficientes de consumo (em litros/Km) 0,375 para ônibus leve e 0,48 para ônibus pesado. Entretanto, deve-se mencionar que entre out/05 e mar/06 a PMSM fez uma pesquisa e encontrou uma “média geral de coeficiente de consumo” de 0,34. O engenheiro Cezar Vaz, da Secretaria dos Transportes, disse em debate que tivemos da Rádio CDN, que em Canoas o coeficiente era 0,35. Por que utilizar coeficientes maiores que os pesquisados nas próprias empresas? Devo lembrar que em 1982 este coeficiente era de 0,38. Será que, em 24 anos, não melhorou a eficiência dos motores dos ônibus e não foram asfaltadas as ruas de Santa Maria? Ainda, deve-se ressaltar que as próprias empresas de ônibus informam ter coeficientes 4,5% menores que os considerados pela PMSM (0,36 para ônibus leve e 0,46 para pesado).

#### Sobre os pneus

Segundo a metodologia utilizada, também neste caso, deve ser feita uma pesquisa local. De acordo com a referência

nacional um pneu dura entre 85 e 125 mil Km. Em Santa Maria, as empresas informaram valores com uma média aritmética de 81.250 Km.

A Prefeitura considerou o valor mínimo de referência nacional de 85 mil Km.

Entretanto, a empresa Medianeira, que têm quase 60% da frota da cidade, declarou que um pneu dura 96.500 Km. Baseado em dados fornecidos pelas empresas calculei uma média ponderada, pela frota de cada empresa, o que deu valor de 89.191 Km. Com este valor também concordou o engenheiro Petry (ATU).

#### Conclusão

Os cálculos não são confiáveis. O problema está nos coeficientes técnicos utilizados pela PMSM e nos preços considerados para o cálculo da tarifa. Por ser um serviço público deveria haver mais transparência. Também deveria haver um controle operacional mais eficiente do sistema. O primeiro passo é saber a extensão de cada linha de ônibus da cidade, pois nem isso a Prefeitura sabe. Será que em cinco anos de “Administração

Popular” “não deu” ainda para fazer isso? O segundo é criar a Câmara de Compensação Tarifária, para que as empresas que têm custo médio inferior à tarifa vigente repassem essa diferença às empresas que têm custo maior que a tarifa. Se isso não for feito, alguma empresa poderá ir à falência. Aberta a “Caixa de Pandora” e liberados seus malefícios, resta a “esperança” de uma discussão sobre esse tema que é de interesse público.



## Prefeitura se nega a responder pergunta

O *Jornal da SEDUFSM* entrou em contato com a assessoria de imprensa da Secretaria de Comunicação (Secom) da Prefeitura de Santa Maria e solicitou que o secretário de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, Carlos Félix escrevesse um artigo sobre a polêmica da tarifa do transporte coletivo de Santa Maria. O objetivo era que este respondesse a questão levantada por esse jornal sobre a confiabilidade na metodologia de cálculo da tarifa, que vem sendo questionada pelo professor do departamento de Economia da UFSM, Ricardo Rondinel.

Num primeiro momento, conforme a Secom, houve concordância do secretário que, mesmo tendo viagem marcada, teria encarregado seu assessor, César Vaz, para elaborar o artigo. Entretanto, uma semana depois, veio a informação, via Secretaria de Comunicação, de que o secretário Carlos Félix havia desistido de escrever o artigo. Por esse motivo, estamos publicando apenas

o “Não” do Ponto & Contraponto.

#### Nota do editor:

Na condição de indivíduo, o sr. Carlos Félix não tem a obrigação de escrever um artigo para o *Jornal da SEDUFSM*, tratando sobre a questão do transporte coletivo na cidade. Porém, como técnico da UFSM e, mais ainda, como representante público do município tinha o dever de colaborar para o esclarecimento de uma questão tão relevante como o cálculo da tarifa da passagem urbana, que vem sendo contestada por um professor da UFSM bastante respeitado, como é o caso de Ricardo Rondinel. Por parte do representante do Executivo, optou-se pelo silêncio. É um direito que lhe assiste. No entanto, cabe a este jornal deixar a seguinte indagação: não há interesse em debater a questão ou não haveria argumentos para tal?